

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE O
INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
E A
CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO**

Considerando que:

A informação georreferenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é a autoridade nacional na área do Cadastro Predial sendo o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica bem como pela produção e actualização dos dados cadastrais;

A Câmara Municipal de Olhão, doravante designada por CMO, carece de informação cadastral para as suas múltiplas actividades internas, nomeadamente no âmbito da gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão exploração de infra-estruturas urbanas;

É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado pelo Tenente-General Carlos Manuel Mourato Nunes, na qualidade de Director-Geral, e a CMO, com sede no Largo Sebastião Martins Mestre, 8700 – 349 Olhão, representada pelo

Eng.º Francisco José Fernandes Leal, na qualidade de Presidente da Câmara,
o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:



Cláusula 1ª

Âmbito geográfico

A área geográfica de actuação da CMO integra as áreas das freguesias de Olhão, Quelfes, Pechão, Fuseta e Moncarapacho.

Cláusula 2ª

Objecto

O presente Protocolo tem por objecto definir e regular a cooperação a estabelecer entre o IGP e a CM de Olhão, no que respeita à informatização dos elementos cadastrais gráficos do cadastro geométrico da propriedade rústica das freguesias integrantes desse município.

Cláusula 3ª

Constituição de Grupo de Trabalho

O IGP e a CMO comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo e que:

- a) Avaliará as condições da CMO para a execução dos trabalhos em causa de acordo com as especificações técnicas referidas na alínea b) do nº1 da Cláusula 4ª;
- b) Determinará o prazo constante da alínea b) do nº2 da Cláusula 9ª;
- c) Definirá o projecto – piloto a executar pelo Município de Olhão.

Cláusula 4ª

Acções e Responsabilidades

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo descritas:

1. Obrigações do IGP

- a) Disponibilizar à CMO as secções rasterizadas e georreferenciadas, no sistema Hayford-Gauss, Datum Lisboa, com origem das coordenadas no

Ponto Central, referentes ao cadastro geométrico da propriedade rústica do Município de Olhão, conforme autorização para utilização da informação geográfica constante da respectiva licença de utilização (termo de compromisso);

- b) Fornecer especificações técnicas, catálogo de objectos, apoio técnico e formação aos técnicos da CMO;
- c) Verificar a qualidade dos dados resultantes do processo de vectorização dos elementos gráficos;

2. Obrigações da CMO

- a) Garantir a participação dos técnicos do Município de Olhão, na acção de formação ministrada pelo IGP;
- b) Efectuar projecto-piloto definido na alínea c) da cláusula 3ª;
- c) Fornecer ao IGP toda a informação referente ao Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica em formato vectorial do Município de Olhão, constante das secções cadastrais licenciadas para o efeito, de acordo com as especificações técnicas e o catálogo de objectos do IGP.

Cláusula 5ª

Gratuidade de dados

A transferência de informação cadastral referida na Cláusula 4ª entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.

Cláusula 6ª

Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP

1. A informação geodésica, cartográfica ou cadastral fornecida pelo IGP, e a que dela seja derivada analógica ou digitalmente, ou ainda actualizada, encontra-se protegida pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não pode ser utilizada para finalidades distintas das que foram consideradas no seu licenciamento, copiada, divulgada ou cedida a terceiros, sob qualquer forma, no todo ou em parte, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.

2. Quando autorizado o respectivo licenciamento, oneroso ou gratuito, será sempre obrigatória a menção expressa à proveniência e autoria dessa informação, quer na sua utilização quer na sua divulgação externa.

Cláusula 7ª

Alteração ou revisão do Protocolo

O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.

Cláusula 8ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará pelo período de um ano, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

Cláusula 9ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes;
2. É conferido, ao IGP, o direito à resolução do presente Protocolo, caso:
 - a) Seis meses após a sua celebração se verifique que a CMO ainda não deu início à execução dos trabalhos necessários para cumprir o estipulado na cláusula 2ª e no nº 2 da cláusula 4ª;
 - b) Os trabalhos referidos no número anterior não estejam concluídos num prazo máximo de 18 meses, contados a partir da data de entrada em vigor do presente protocolo;
3. Quaisquer factores que possam vir a condicionar o cumprimento dos prazos referidos no número anterior deverão ser comunicados ao IGP para sua avaliação com pelo menos 1 mês de antecedência em relação ao prazo em causa.

4. Apenas factores imponderáveis ou estranhos à vontade dos signatários poderão condicionar o cumprimento de presente protocolo.

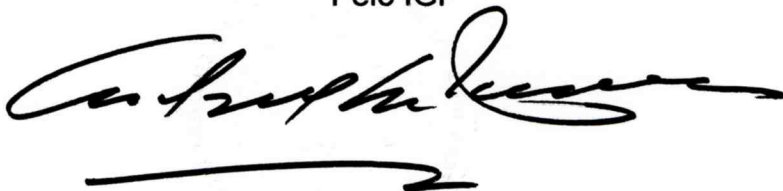
Cláusula 10ª

Interpretação

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 2ª.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Lisboa, 16 de junho de 2010


Pelo IGP



O Director-Geral

Carlos Manuel Mourato Nunes
Tenente-General

Pela CMO



Presidente da Câmara Municipal

Eng.º Francisco José Fernandes Leal